



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

Aviso de

### **DISPENSA LICITAÇÃO ELETRÔNICA**

11/2026

**PROCESSO** N. 432/2026

### **CONTRATANTE**

CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

### **OBJETO**

Contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projetos básicos e executivos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia-MS.

### **VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

**R\$ 14.466,58** (QUATORZE MIL, QUATROCENTOS E SESSENTA E SEIS REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS).

### **DATA DA SESSÃO**

**18/05/2026**

### **HORÁRIO DA FASE DE LANCES**

Das 09h00 até 15h00 (horário oficial de Brasília)

LICITANET: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

### **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**

**menor preço global**

### **EXCLUSIVO ME/EPP/EQUIPARADAS**

**SIM**





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

## **AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026 – ELETRÔNICA PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 432/2026**

Torna-se público que a Câmara Municipal de Brasilândia, por meio do setor de compras e licitações, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento (menor preço), na hipótese do [art. 75](#), inciso I, nos termos da [Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais normas aplicáveis.

### **Data da sessão: 18/05/2026**

**Horário da Fase de Lances:** 09:00 à 15:00 horário oficial de Brasília

**Link:** [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br)

**Critério de Julgamento:** menor preço global

**Regime de Execução:** Empreitada por Preço Global

### **1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projetos básicos e executivos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia-MS, conforme condições e exigências estabelecidas no termo de referência.

1.2. O critério de julgamento adotado será o *menor preço global*, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

### **2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada no Sistema LICITANET, no endereço eletrônico [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br).

2.1.1. O procedimento será divulgado no Sistema LICITANET e no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul - ASSOMASSUL.

2.1.2. A plataforma LICITANET poderá ser acessada pela web.

2.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. A participação nessa dispensa é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.2.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

2.3. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

2.3.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.3.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.3.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.3.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.3.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.3.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3.5. Sociedades cooperativas.

2.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

### **3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ofertado, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

3.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 15 (quinze) dias, a contar da data de sua apresentação.

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.3. Que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

3.9.4. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

3.9.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os

---

**ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS**

**CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: [licitacao@cmbras.ms.gov.br](mailto:licitacao@cmbras.ms.gov.br) /**

**[compras@cmbras.ms.gov.br](mailto:compras@cmbras.ms.gov.br)**





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço).

3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

3.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

3.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

## **4. FASE DE LANCES**

4.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo *valor global da contratação*.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *1% (um por cento)*.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

## **5. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS**





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

5.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o agente da contratação poderá negociar condições mais vantajosas.

5.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

5.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

5.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

5.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta classificada em primeiro lugar e o valor máximo estipulado para a contratação, o fornecedor será convocado para, se necessário, **adequar sua proposta ao último lance ofertado**, bem como **apresentar documentos complementares**, no prazo estabelecido pela Administração.

5.3.1. Quando **a natureza do objeto exigir**, especialmente nas hipóteses de **obras, serviços de engenharia** ou **serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra**, o fornecedor classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de até **24 (vinte e quatro) horas**, **planilha de composição de custos e formação de preços**, adequada à proposta final apresentada

5.3.2. **Nos demais casos**, notadamente nas **compras de bens comuns** e nos **serviços comuns sem dedicação exclusiva de mão de obra**, **fica dispensada a apresentação de planilha de composição de custos**, devendo o fornecedor encaminhar apenas a **proposta final ajustada**, contendo os valores unitários e totais, no prazo de 03h (três horas).

5.3.3. A Administração poderá solicitar **esclarecimentos ou ajustes formais** na proposta, desde que **não impliquem alteração do preço final ofertado**, observados os princípios da **isonomia, razoabilidade e proporcionalidade**.

5.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o agente de contratação verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 2.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.4.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

5.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

5.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

5.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

5.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

5.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

5.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

5.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

5.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.8.1. Contiver vícios insanáveis;

5.8.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.8.3. Apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.9.2. Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.10. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:

5.10.1. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

5.10.1.1. Aquele que estiver mais bem colocado na disputa deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade (art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021);

5.10.2. Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:

5.10.2.1. O valor global estimado para a contratação.

5.10.2.2. Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, anexa a este documento.

5.10.3. Serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.10.4. Será exigida garantia adicional do fornecedor vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.

5.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

5.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

- 5.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 5.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 5.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 5.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 5.15. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 5.16. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

### **6. HABILITAÇÃO**

- 6.1. Os documentos de habilitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021, constam no Termo de Referência e serão exigidos do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.
- 6.2. Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data de sua apresentação, exceto quanto à regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte, hipótese em que será assegurado o prazo para regularização, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006
- 6.2.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para regularização, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa..
- 6.3. O fornecedor deverá encaminhar os documentos de habilitação em formato digital, no prazo de até **03 (três) horas**, contadas da solicitação, sob pena de inabilitação.
- 6.4. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor.
- 6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 6.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 6.7. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 6.8. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 6.9. Considerando que o julgamento será realizado pelo menor preço global, não se aplica a adjudicação por itens, devendo o fornecedor vencedor comprovar integralmente os requisitos de habilitação exigidos neste Aviso.
- 6.10. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
- 6.11. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

6.11.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.12. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

## **7. CONTRATAÇÃO**

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de *05 (cinco) dias úteis*, contados a partir da data de sua convocação, para *assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização)*, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

7.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

- 8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;
- 8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
- 8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
- 8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).
- 8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Dispensa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Dispensa, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante ([art. 156, §9º](#)).
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º](#)).
- 8.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157](#)).
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º](#)).





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

8.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º](#)):

8.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11. as peculiaridades do caso concreto;

8.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

8.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.15. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

8.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160](#))

8.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161](#))

8.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

## **9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

9.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.2. As providências dos subitens 9.1.1 e 9.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

9.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

9.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.12.1. ANEXO I – Termo de Referência

9.12.2. ANEXO II – Minuta de Contrato

9.12.3. ANEXO III – Formulário de Proposta





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

### **10. FASE RECURSAL E HOMOLOGATÓRIA**

10.1 Conforme os incisos VI e VII do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, imediatamente após o encerramento da sessão pública da Dispensa de licitação Eletrônica, os licitantes poderão manifestar intenção de interpor recurso quanto aos atos praticados durante o procedimento.

10.2. A intenção de recorrer deverá ser apresentada por meio de pedido administrativo enviado ao e-mail [compras@cmbras.ms.gov.br](mailto:compras@cmbras.ms.gov.br).

10.3. Somente após o recebimento da manifestação de intenção de recorrer será concedido prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das respectivas razões recursais.

10.4. Decididos os eventuais recursos, ou não havendo manifestação tempestiva, o procedimento será Adjudicado e homologado pela autoridade competente.

### **11. DA PUBLICAÇÃO**

11.1 O Aviso de Dispensa de Licitação e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no endereço eletrônico: [https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1&orgaos=67836&q=brasilandia&status=recebendo\\_proposta](https://pncp.gov.br/app/editais?pagina=1&orgaos=67836&q=brasilandia&status=recebendo_proposta), no Portal da Transparência da Câmara Municipal de Brasilândia/MS, no endereço eletrônico: <http://portal.brasilandia.ms.gov.br:8079/transparenciacm/>, e na plataforma eletrônica da realização do certame no endereço eletrônico: [www.licitanet.com.br](http://www.licitanet.com.br), bem como o extrato do Aviso de Dispensa de Licitação será publicado no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – Assomasul, <https://www.diariooficialms.com.br/assomasul>.

**Parágrafo Único** – Considerando o disposto no §1º do art. 54 e no §2º do art. 175 da Lei nº 14.133/2021, considerando que, no Município de Brasilândia/MS, não existe veículo de imprensa classificado como jornal diário de grande circulação local, razão pela qual não haverá publicação em jornal de grande circulação, uma vez que tal providência se mostra inviável no contexto local. Assegura-se, entretanto, a ampla publicidade do certame por meio das publicações no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no site institucional da Câmara Municipal e no Diário Oficial da Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul – ASSOMASUL, em conformidade com a legislação vigente.

Brasilândia, 04 de maio de 2.026.

---

MARIA JOVELINA DA SILVA  
Presidente da Câmara Municipal









# **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

## **TERMO DE REFERÊNCIA**

### **1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1. Contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projetos básicos e executivos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia-MS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

<b>ITEM</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>UN</b>	<b>QUANT</b>	<b>VALOR UNITÁRIO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>1</b>	<p>Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projetos básicos e executivos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento.</p> <p>Tipos de projetos a serem elaborados:</p> <p>Projeto arquitetônico; Projeto estrutural; Memorial descritivo; Planilha orçamentaria; Cronograma físico-financeiro Orçamento detalhado; Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); ART/RRT. E qualquer outro documento de engenharia que ser fizer necessário.</p>	Horas	85	R\$ 149,14	R\$ 12.676,90





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

<b>02</b>	Contratação de empresa de engenharia especializada para a prestação de serviços técnicos de supervisão, assessoria, acompanhamento e fiscalização da obra de fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia.	Horas	12	R\$ 149,14	R\$ 1.789,68
	Total				R\$ 14.466,58

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como serviços de engenharia, cujo padrão de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos através de especificações usuais de mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 A fundamentação e a descrição da necessidade da contratação se encontram pormenorizados em tópico específico dos Estudo Técnicos Preliminares apêndice deste documento.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 160
- II) Data de publicação no PNCP: 16/09/2025;
- III) Id do item no PPA: 15410152000130-0-000001/2026;

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico dos Estudo Técnicos Preliminares apêndice deste documento.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Os requisitos da contratação estão inseridos na descrição das especificações do objeto que constam no item 1.1.

4.2. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

4.2.1. Os serviços devem apresentar sua execução conforme norma técnica da ABNT não sendo aceito serviços executados fora de especificação técnica.

4.2.2. Os projetos e a fiscalização da execução, deverão contemplar o estacionamento externo da Câmara Municipal e cinco vagas no estacionamento interno da Câmara Municipal, conforme figuras constantes do Estudo Técnico Preliminar, anexo ao presente TR.

### **4.2. Serviços Técnicos**

4.2.1. A empresa contratada deverá desenvolver e entregar, no prazo e nas condições definidas em contrato, os seguintes produtos técnicos:

#### **Projetos Básico e Executivos**

- a) Projeto arquitetônico completo;
- b) Projeto estrutural
- c) Memorial descritivo e especificações técnicas de todos os projetos
- d) Planilha orçamentaria;
- e) Planilha orçamentária estimativa dos custos, com base no SINAPI, SICRO ou outro sistema oficial de custos vigente;
- f) Cronograma físico-financeiro da obra;
- g) Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);
- h) Quaisquer outros documentos técnicos exigidos pela legislação ou necessários à perfeita instrução do processo licitatório da obra.
- i) Orçamento detalhado
- j) ART/RRT

4.2.2. A estimativa de tempo para a execução dos serviços de projeto é de 85 horas técnicas.

### **4.3. Supervisão e Fiscalização da Obra**

- a) Prestação de serviços técnicos de engenharia especializados para supervisão, assessoria, acompanhamento e fiscalização da execução da obra, garantindo a conformidade com os projetos, cronograma, orçamento, normas técnicas e legislação aplicável;
- b) Elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento físico-financeiro;
- c) Apoio à fiscalização da Câmara Municipal quanto ao controle da qualidade, prazos, e conformidade dos materiais e serviços empregados pela futura empresa executora da obra.
- d) A empresa contratada deverá prestar serviços técnicos especializados de supervisão, assessoria, acompanhamento e fiscalização da execução da obra, garantindo que os serviços executados estejam em conformidade com os projetos aprovados, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais exigências legais e contratuais.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

### **4.3.1. A empresa contratada deverá realizar visitas técnicas presenciais à obra ao longo de todo o período de execução da obras, com a seguinte frequência:**

- a) 02 (uma) visita por semana, com duração mínima de 01 (uma) horas cada;
- b) As visitas deverão ocorrer até o término da obra, estimado em 06 (seis) meses, totalizando aproximadamente 12 (doze) horas técnicas de acompanhamento presencial;
- c) As visitas devem ser registradas em relatórios técnicos semanais, contendo: descrição das atividades fiscalizadas, apontamentos técnicos, registros fotográficos e observações sobre conformidade com os projetos e o cronograma da obra.

### **4.4. Entregas e Prazos**

- a) O prazo máximo para a entrega de todos os projetos executivos, memoriais, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos exigidos será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data da emissão da ordem de serviço pela Câmara Municipal de Brasilândia-MS.
- b) As entregas deverão ser feitas em meio físico (impresso) e digital, nos formatos editáveis e não editáveis (DWG, PDF, Excel, etc.), assinados pelos respectivos responsáveis técnicos com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) registrada no CREA.
- c) Todos os serviços deverão seguir as normas técnicas da ABNT, as exigências legais aplicáveis, inclusive da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), e os manuais e orientações técnicas dos órgãos de controle.

### **4.5. Subcontratação**

4.5.1. Não será admitido a subcontratação do objeto licitatório, em virtude da natureza do objeto

### **4.6. Garantia da Contratação**

4.6.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas naturezas da contratação.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

- 5.1.1. Início da execução do objeto: no máximo em 05 dias após o recebimento da ordem de serviço;
- 5.1.2. Descrição detalhada da prestação dos serviços:
- 5.1.3. Comprovar possuir em seu quadro de pessoal, profissional de nível superior com atribuição legal para elaboração de projeto e fiscalização;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

5.1.4. Apresentar, no prazo estabelecido em contrato, os projetos solicitados, conforme descrição do objetivo desse termo;

5.1.5. Prestar todas as informações complementares, mesmo após a entrega do objeto e/ou durante a execução das possíveis recuperações/intervenções necessárias;

5.1.6. Manter total sigilo sob os trabalhos prestados, fornecendo as peças técnicas e demais informações apenas à CONTRATANTE;

5.1.7. Realizar no mínimo 01 (uma) visita técnica presencial para o levantamento de dados e medidas necessárias à confecção dos projetos.

5.1.7.1. Realizar 01 (uma) vistoria técnicas presencial, por semana por 01 hora, quando da execução da prestação dos serviços de supervisão.

5.1.8. Os projetos de Engenharia serão desenvolvidos sequencialmente, dentro das seguintes Fases:

**Fase 01 - Projeto Básico:** A Câmara Municipal de Brasilândia fornecerá a Contratada os locais e dados necessários para a elaboração do Projeto Básico. Nesta fase serão autorizados os serviços de topografia e desenhos com os quais serão realizados posteriormente o Projeto Executivo, onde poderão ser elaborados os projetos arquitetônicos e complementares, memorial descritivo, orçamentos e relatórios técnicos com maior precisão extraídos a partir dos levantamentos in loco.

**Objetivo:** Definir as principais características e parâmetros do projeto, conforme a seguir:

- Identificação das áreas de intervenção;
- Levantamento detalhado da área;
- Análise de alternativas para os projetos;
- Consulta as normas técnicas e legislações vigentes;
- Projeto geométrico (podendo ser: hidráulico, elétrico ou sanitário)
- Projeto complementares, quando necessário.
- Orçamento preliminar.
- Serviços de desenhista e auxiliar: através da medição do imóvel in loco, o desenhista executara o croqui das medidas recolhidas in loco em um software destinado para tais atividades, onde constará todo o projeto arquitetônico detalhado, incluindo: planta baixa, cortes, planta de cobertura, fachada, medidas das esquadrias, etc.

**Fase 02 - Projeto Executivo:** Esta fase deve ser a que o engenheiro responsável determina todas as necessidades e também os quantitativos e orçamentos dos serviços necessários. Sendo assim, é a fase onde as decisões e concepções estarão prontas para a obra ser licitada. Os projetos deverão estar completos, com detalhes construtivos com memoriais, com especificações técnicas e no mínimo devem conter:

- Projeto arquitetônico completo ;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

- Projeto da obras- indicando os serviços a serem executados;
- Relatório fotográfico dos locais de intervenção;
- Memorial descritivo e especificações técnicas;
- Memoriais de cálculos;
- Orçamento detalhado, incluindo quantitativos e custos unitários;
- Cronograma e métodos construtivos.

### **Documentação de Licenciamento Ambiental**

5.10. A contratada deverá apresentar toda a documentação técnica ambiental incluso os projetos ambientes necessários, nos moldes das Resolução SEMADE n. 9, de 13 de maio de 2015, para a obtenção do Licenciamento Ambiental das atividades pertinentes ao objeto do contrato.

5.11. É crucial envolver profissionais qualificados, como engenheiros e especialistas, em todas as fases para assegurar a eficiência e conformidade do projeto. Este resumo contempla uma visão geral do processo, mas cada etapa exige atenção aos detalhes e conformidade com regulamentações locais.

5.12. As obras deverão ser projetadas para atender as características do padrão mínimo estabelecidos pelo agente concedente e CMP;

5.13. Tratando-se de obras, os preços a serem praticados na planilha deverão ser do sistema de custos do SICRO, SINAPI, AGESUL E ORSE.

5.14. Quando se tratar de composição, os insumos deverão ser SINAPI, SICRO, AGESUL OU ORSE, não permitido a inclusão de sistemas diferentes na mesma composição. Caso haja necessidade de cotação, as mesmas deverão ser compostas por três cotações, adotando sempre o custo médio e esses materiais pesquisados das cotações, também deverão ser entregues junto com as planilhas.

5.15. Para efeito de elaboração de planilha de obra, deverão ser fornecidas as duas planilhas para que a CMP defina a que vai para a licitação:

5.16. No caso da Composição do BDI, deverá ser considerando a Lei nº 13.161 de 31 de agosto de 2015 (em vigor a partir de 1º de dezembro de 2015).

5.17. As normas de Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), dentre outras, devem ser levadas em consideração;

5.18. Para as situações não previstas nas normas técnicas da ABNT, poderão ser consultadas e utilizadas as normas técnicas estrangeiras, em consonância com a aprovação do responsável pela execução do projeto.

5.19. Os projetos, plantas e detalhes deverão ser entregues em formato A-1 ou em formato mais adequado;

5.20. Os textos, notas de serviço, planilhas de orçamento e boletins deverão ser entregues em formato A-4;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

- 5.21. Planilhas orçamentárias completas, relativas aos projetos executivos;
- 5.22. Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART);
- 5.23. Deverá ser apresentados os seguintes Relatórios:
- 5.24. Os desenhos, memoriais e planilhas deverão ser apresentados em 03 (três) vias impressas em formato apropriado, com fácil identificação das informações contidas e em arquivos digital nos formatos: xls, dwg, doc e pdf e deverão estar disponibilizados para manuseio dos técnicos da CMP, inclusive com acesso às suas fórmulas e todas as informações necessárias para análise.
- 5.25. Os trabalhos serão supervisionados pela CMP, que poderá solicitar adequação dos projetos.
- 5.26. As aprovações dos estudos e projetos por parte da CONTRATADA não eximem a responsabilidade técnica da CONTRATADA sobre sua autoria, nem caracterizam responsabilidade técnica solidária.
- 5.27. Os documentos técnicos produzidos em cada etapa de elaboração do Projeto devem ser submetidos à avaliação do CONTRATANTE.
- 5.28. Será de responsabilidade dos autores dos Projetos a introdução das modificações necessárias à sua aprovação. Os documentos técnicos que forem rejeitados, parciais ou totalmente, devem ser revistos ou alterados apenas pelo seu autor e submetidos à nova avaliação.
- 5.29. A aprovação do Projeto não eximirá os autores dos Projetos das responsabilidades estabelecidas pelas normas, regulamentos e legislação pertinentes às atividades profissionais.
- 5.30. Será responsabilidade da CONTRATADA a Revisão dos projetos já entregues ao contratante nos casos em que exista discrepância com o descrito no projeto executivo, antes de sua execução. A responsabilidade pela revisão vigorará por 15 (quinze) consecutivos, a partir da data de entrega de projeto executivo ao contratante, será executada 01 (uma) revisão por projeto devendo ser planejado entre os responsáveis, CONTRATANTE e CONTRATADA para atender as novas necessidades.
- 5.31. Ao término de cada elaboração de projeto deverá ser emitido o termo de aceite em conjunto com técnicos da CONTRATANTE. o termo só será emitido após sua aceitação definitiva.
- 5.32. Ao final do projeto a empresa contratada deverá encaminhar junto ao projeto TERMO DE CESSÃO DE USO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.33. Os serviços de Elaboração de Projeto: Os serviços serão executados em regra nas dependências da Contratada, exceto o Levantamento das áreas a serem contempladas, que será realizado na Câmara Municipal de Brasilândia/MS.
- 5.34. Os serviços de acompanhamento e fiscalização serão prestados no seguinte endereço:
- 5.34.1. Na Rua Alameda Professor Arthur Hofig, 1175, Jardim Camargo, no prédio da Câmara Municipal, Brasilândia-MS.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

5.35. Os serviços serão prestados no seguinte horário: 07:00 as 12:00 hrs.

5.36. Materiais a serem disponibilizados

5.37. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário;

5.38. A Contratante deverá fornecer todas as peças técnicas necessárias para a CONTRATADA, tais como projeto arquitetônico, estrutural, laudos existentes, relatórios fotográficos, planilhas e memórias de cálculo, entre outros existentes no órgão.

### **Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

5.39. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

### **Vistoria**

5.40. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07h00min horas às 12h00min MS.

5.41. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

5.42. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

5.43. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

5.44. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **6.0. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

### **Gestor do Contrato**

6.13. O gestor do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o gestor do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando a autoridade superior para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **7.0. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto neste item, sendo realizada a medição do quantitativo de horas de serviço e, para o serviço de supervisão, a medição estará vinculada ao avanço real da obra, evitando pagamento integral quando houver atrasos ou paralisações nas obras.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.3. Não produzir os resultados acordados;

7.4. Deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.5. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

### **Do recebimento**

7.6. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias úteis, pelos fiscais, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.7. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.8. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.9. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.10. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.11. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. O fiscal deverá emitir o Termo Detalhado que deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

7.18. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.19. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, pelo Gestor de Contratos, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.20. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.21. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.22. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.23. Complementar o Termo Detalhado com as informações sobre a fiscalização administrativa, para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.24. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.25. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.26. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.27. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.28. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.29. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

7.30. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.31. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.32. o prazo de validade;

7.33. a data da emissão;

7.34. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.35. o período respectivo de execução do contrato;

7.36. o valor a pagar; e

7.37. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.38. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.39. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal.

7.40. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.41. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.42. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.43. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **Prazo de pagamento**

7.44. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

7.45. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

### **Forma de pagamento**

7.46. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.47. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.48. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.49. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.50. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. 6.71. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

7.51. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sob a forma ELETRÔNICA com adoção do critério de julgamento de MENOR PREÇO por global.

#### **Regime de execução**

7.52. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

#### **Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

7.53. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

7.54. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.55. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.56. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.57. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.58. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

7.59. s documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

7.60. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

7.61. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.62. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.63. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

7.64. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.65. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.66. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

7.67. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Observação: É o mínimo a ser exigido pela necessidade de garantir a execução do objeto, analisando a demanda do mesmo, e considerando o seu valor e a sua baixa complexidade,





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

considerando a ausência de graves riscos ou problemas extremos decorrentes da ausência do fornecimento da prestação de serviço.

### **Qualificação Técnica**

7.68. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

7.69. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

7.70. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

Para o (Engenheiro Civil ou Arquiteto): serviços conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO / SERVIÇOS EXECUTADOS	UN	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada em engenharia para elaboração de projetos executivos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento, A estimativa é de 85 horas técnicas de trabalho para a execução dos projetos.  Tipos de projetos a serem elaborados:  Projeto arquitetônico Projeto estrutural; Memorial descritivo; Planilha orçamentaria; Cronograma físico-financeiro Orçamento detalhado; Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); ART/RRT. E qualquer outro documento de engenharia	Horas	85
2	Contratação de empresa de engenharia especializada para a prestação de serviços técnicos de supervisão, assessoria, acompanhamento e fiscalização da obra de fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia.	Horas	12





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

7.71. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

### **8.0. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

8.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 14.466,58 (quatorze mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta e oito centavos).

### **9.0. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Câmara Municipal de Brasilândia – MS.

9.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

01.01.01.01.01.33.90.39.05 FICHA 901 FONTE 1500- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA – SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS

9.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Brasilândia/MS, de 24 de abril de 2026.

EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO:

Natalia dos Santos Souza  
Matrícula: 152-1 - Assessor Legislativo

Rosangela Vieira dos Santos  
Matrícula: 153-2 – Assessor Legislativo

Aprovado por: \_\_\_\_\_

Maria Jovelina Da Silva  
Presidente da Câmara Municipal





A autenticidade deste documento pode ser conferida em  
<https://cmbras.processo.digital/autenticidade>, informando o código  
do documento **00040869** e chave de segurança **790 630 2F6**.



Documento assinado digitalmente por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS, Equipe de Planejamento, em 28/04/2026, às 08:06, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



Documento assinado digitalmente por NATALIA DOS SANTOS SOUZA, Equipe de Planejamento, em 28/04/2026, às 08:08, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



Documento assinado digitalmente por MARIA JOVELINA DA SILVA, Presidente, em 28/04/2026, às 12:41, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

#### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e GERENCIAMENTO DE RISCO**

#### **OBJETO**

Análise da viabilidade técnica e econômica com vistas à definição da solução mais adequada para a contratação de empresa especializada em engenharia, destinada à elaboração de projetos para fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento externo, bem como de cinco vagas do estacionamento interno, utilizando tela de sombreamento em polietileno de alta densidade. Inclui-se, ainda, a prestação de serviços de supervisão, assessoria técnica, acompanhamento e fiscalização da execução da obra, visando garantir a qualidade, a eficiência e a conformidade com as normas técnicas vigentes.

#### **LEGISLAÇÃO**

Lei Complementar nº 123/2006;

Lei nº 14.133/2021;

Resolução nº 002/2023, que dispõe sobre a regulamentação sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.

Resolução nº 012/2023, que dispõe sobre a regulamentação sobre as práticas de gestão de riscos e controle preventivo nas contratações de obras, serviços e compras.

Resolução TCE/MS nº 225/2024 (e-Sfinge) e alterações posteriores

#### **I – Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público**

2.1. A contratação de empresa especializada em engenharia para a elaboração de projetos destinados ao fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia fundamenta-se na necessidade de garantir o adequado planejamento técnico da futura obra, assegurando sua viabilidade, segurança, economicidade e conformidade com a legislação vigente.

Atualmente, a Câmara Municipal não dispõe de projetos executivos detalhados que orientem de forma precisa a implantação de um estacionamento coberto, o que inviabiliza a correta definição de quantitativos, especificações técnicas, custos e prazos. A ausência desses elementos pode ocasionar falhas na execução, retrabalho, aditivos contratuais e riscos à segurança da estrutura, tornando imprescindível a elaboração prévia de projetos técnicos completos.

Adicionalmente, destaca-se que o quadro funcional da Câmara Municipal não dispõe de profissional técnico habilitado na área de engenharia ou arquitetura para a elaboração dos referidos projetos, o que impossibilita a execução dessa





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

atividade por meios próprios, tornando necessária a contratação de empresa especializada para suprir essa demanda com a devida qualificação técnica.

A elaboração dos projetos por empresa especializada garantirá que todas as soluções estruturais, arquitetônicas e complementares sejam desenvolvidas por profissionais habilitados, com observância às normas técnicas vigentes, especialmente as da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assegurando qualidade, segurança e desempenho da futura estrutura.

Assim, os projetos e a fiscalização da execução, deverão contemplar o estacionamento externo da Câmara Municipal, representado pela Figura 1 e cinco vagas no estacionamento interno da Câmara Municipal, representado pela Figura 2.

Figura 1: estacionamento externo

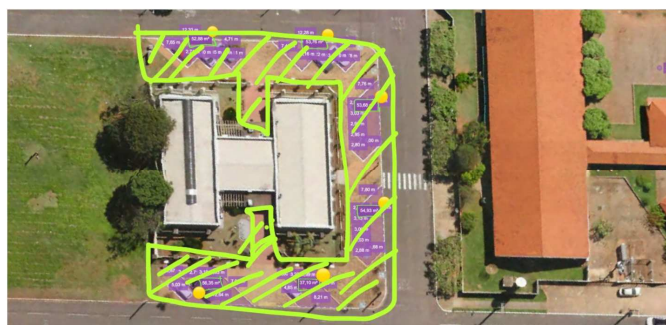
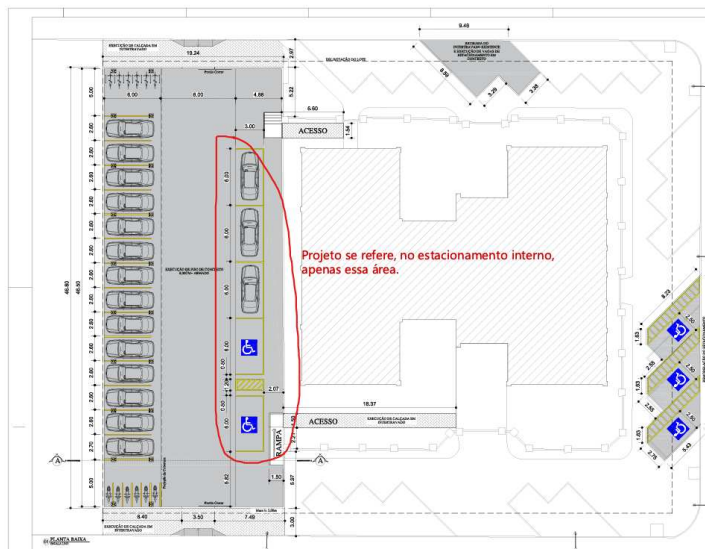


Figura 2: estacionamento interno



Além disso, os projetos básicos e executivos são indispensáveis para subsidiar a futura contratação da execução da obra, permitindo maior precisão na elaboração do orçamento e no planejamento da contratação, em conformidade





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

com a Lei nº 14.133/2021, que exige o adequado planejamento das contratações públicas.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se necessária e essencial para garantir a correta execução do empreendimento, a boa aplicação dos recursos públicos e a melhoria das condições de infraestrutura da Câmara Municipal de Brasilândia.

### **II - Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração**

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 160
- II) Data de publicação no PNCP: 16/09/2025;
- III) Id do item no PPA: 15410152000130-0-000001/2026;

### **III - Requisitos da contratação**

3.1. Os requisitos da contratação estão inseridos na descrição das especificações do objeto que constam no item 1.1.

3.2. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

3.2.1. Os serviços devem apresentar sua execução conforme norma técnica da ABNT não sendo aceito serviços executados fora de especificação técnica.

#### **3.3. Serviços Técnicos**

3.3.1. A empresa contratada deverá desenvolver e entregar, no prazo e nas condições definidas em contrato, os seguintes produtos técnicos:

Projetos Básico e Executivos

- a) Projeto arquitetônico completo;
- b) Projeto estrutural
- c) Memorial descritivo e especificações técnicas de todos os projetos
- d) Planilha orçamentaria;
- e) Planilha orçamentária estimativa dos custos, com base no SINAPI, SICRO ou outro sistema oficial de custos vigente;
- f) Cronograma físico-financeiro da obra;
- g) Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas);
- h) Quaisquer outros documentos técnicos exigidos pela legislação ou necessários à perfeita instrução do processo licitatório da obra.
- i) Orçamento detalhado
- j) ART/RRT

3.3.2. A estimativa de tempo para a execução dos serviços de projeto é de 85 horas técnicas.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

#### **3.4. Supervisão e Fiscalização da Obra**

- a) Prestação de serviços técnicos de engenharia especializados para supervisão, assessoria, acompanhamento e fiscalização da execução da obra, garantindo a conformidade com os projetos, cronograma, orçamento, normas técnicas e legislação aplicável;
- b) Elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento físico-financeiro;
- c) Apoio à fiscalização da Câmara Municipal quanto ao controle da qualidade, prazos, e conformidade dos materiais e serviços empregados pela futura empresa executora da obra.
- d) A empresa contratada deverá prestar serviços técnicos especializados de supervisão, assessoria, acompanhamento e fiscalização da execução da obra, garantindo que os serviços executados estejam em conformidade com os projetos aprovados, especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais exigências legais e contratuais.

3.4.1. A empresa contratada deverá realizar visitas técnicas presenciais à obra ao longo de todo o período de execução da reforma, com a seguinte frequência:

- a) 02 (uma) visita por semana, com duração mínima de 01 (uma) horas cada;
- b) As visitas deverão ocorrer até o término da obra, estimado em 06 (seis) meses, totalizando aproximadamente 12 (doze) horas técnicas de acompanhamento presencial;
- c) As visitas devem ser registradas em relatórios técnicos semanais, contendo: descrição das atividades fiscalizadas, apontamentos técnicos, registros fotográficos e observações sobre conformidade com os projetos e o cronograma da obra.

#### **3.5. Entregas e Prazos**

- a) O prazo máximo para a entrega de todos os projetos executivos, memoriais, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos exigidos será de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados a partir da data da emissão da ordem de serviço pela Câmara Municipal de Brasilândia-MS.
- b) As entregas deverão ser feitas em meio físico (impresso) e digital, nos formatos editáveis e não editáveis (DWG, PDF, Excel, etc.), assinados pelos respectivos responsáveis técnicos com ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) registrada no CREA.
- c) Todos os serviços deverão seguir as normas técnicas da ABNT, as exigências legais aplicáveis, inclusive da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), e os manuais e orientações técnicas dos órgãos de controle.

#### **3.6. Especificação (detalhamento)**

Item	Especificação	Und	Quant
------	---------------	-----	-------





**CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**

01	Contratação de serviços de engenharia para elaboração de projetos básicos e executivos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento.  Tipos de projetos a serem elaborados:  Projeto arquitetônico; Projeto estrutural; Memorial descritivo; Planilha orçamentaria; Cronograma físico-financeiro Orçamento detalhado; Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); ART/RRT. E qualquer outro documento de engenharia	Horas	85
02	Contratação de serviços de engenharia especializada para a prestação de serviços técnicos de supervisão, assessoria, acompanhamento e fiscalização da obra de fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia.	Horas	12

### 3.7. Sustentabilidade

3.7.1. A contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos deverá observar critérios de sustentabilidade, visando à redução de impactos ambientais, ao uso racional dos recursos naturais e à maior eficiência da futura estrutura de estacionamento.

Os projetos deverão contemplar, sempre que possível:

- Utilização de materiais sustentáveis, recicláveis ou de menor impacto ambiental;
- Soluções que favoreçam a durabilidade da estrutura, reduzindo a necessidade de manutenção e consumo de recursos ao longo do tempo;
- Redução da geração de resíduos na futura execução da obra, com diretrizes para seu correto manejo e destinação.

A adoção dessas medidas está alinhada aos princípios da eficiência e do desenvolvimento sustentável previstos na Lei nº 14.133/2021, contribuindo para a responsabilidade ambiental da Administração Pública e para o uso consciente dos recursos públicos.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

#### **3.8. Subcontratação**

Não será admitido a subcontratação do objeto licitatório, em virtude da natureza do objeto.

#### **IV - Estimativa das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala**

4.1. A estimativa foi definida com base na complexidade e abrangência dos projetos serem elaborados:

	Item	Descrição	Quantidade estimada (horas técnicas)
01	Elaboração de projetos básicos e executivos	Projeto arquitetônico Projeto estrutural; Memorial descritivo; Planilha orçamentaria; Cronograma físico-financeiro Orçamento detalhado; Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); ART/RRT.	85 horas técnicas
02	Supervisão, assessoria e fiscalização da obra	Visitas técnicas presenciais 1x por semana, 1 hora cada, por 6 meses	12 horas técnicas

A estimativa do quantitativo de horas necessárias foi realizada pela equipe de planejamento da contratação, juntamente com engenheiros do Poder Executivo que auxiliaram os servidores da Câmara Municipal.

#### **V - Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar**

5.0. O levantamento de mercado consiste na análise das alternativas disponíveis para atendimento da necessidade da Câmara Municipal de Brasilândia, no que se refere à elaboração de projetos executivos destinados à futura implantação de estrutura e cobertura de estacionamento.

Dentre as possíveis soluções, destacam-se:

##### **I-Execução dos projetos por equipe própria**

Alternativa que se mostra inviável, tendo em vista que a Câmara Municipal não dispõe, em seu quadro funcional, de profissionais técnicos habilitados nas áreas





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

de engenharia ou arquitetura, com atribuição legal para a elaboração dos projetos exigidos, tampouco estrutura técnica adequada para tal finalidade.

#### **II-Contratação de profissionais autônomos**

Embora possível, essa alternativa apresenta limitações quanto à abrangência e integração dos projetos, uma vez que a elaboração de projetos executivos exige atuação multidisciplinar (arquitetônica, estrutural, elétrica, drenagem, entre outras), além de maior dificuldade na responsabilização técnica unificada e na compatibilização dos projetos.

#### **III- Contratação de empresa especializada em engenharia**

Esta alternativa mostra-se a mais adequada, pois permite a contratação de equipe técnica multidisciplinar, com capacidade para desenvolver todos os projetos necessários de forma integrada e compatibilizada, garantindo maior eficiência, qualidade técnica e redução de riscos na fase de execução da obra. Diante das alternativas analisadas, a contratação de empresa especializada apresenta-se como a solução mais vantajosa sob os aspectos técnico e econômico, uma vez que:

- Garante a elaboração de projetos completos e compatibilizados, evitando retrabalhos e aditivos contratuais futuros;
- Possibilita maior precisão na definição de quantitativos e custos da obra;
- Reduz riscos técnicos e estruturais;
- Assegura a responsabilidade técnica por meio de profissionais devidamente habilitados;
- Atende às exigências de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021.

Ressalta-se que a elaboração prévia dos projetos executivos é fundamental para subsidiar a futura contratação da obra, proporcionando maior transparência, competitividade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

Dessa forma, conclui-se que a contratação de empresa especializada em engenharia é a solução que melhor atende ao interesse público, sendo técnica e economicamente justificável.

**VI - Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação.**

6.1. Para a estimativa dos valores, foi utilizada como referência a Tabela SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil), publicada em março de 2026, correspondente ao estado de Mato Grosso do Sul.





**CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**

Ressalta-se que o valor utilizado para a composição dos custos é o valor sem desoneração.

Serviço	Horas técnicas estimadas	Tabela Sinap Valor unitário sem desoneração	Valor total
Projetos básicos e executivos	85	R\$ 149,14	R\$ 12.676,90
Fiscalização e supervisão da obra	12	R\$ 149,14	R\$ 1.789,68

**VII - Descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso**

7.1. A descrição da solução como um todo contempla a contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projetos executivos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia-MS.

**7.2. JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO TÉCNICA**

7.2.1. Por se tratar de serviços de natureza intelectual e ainda, serviços que tem por objetivo garantir eficiência e qualidade, se tornam imprescindíveis a apresentação dos documentos a seguir:

7.2.1.1. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), em plena validade;

7.2.1.2. Apresentação do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

*Para o (Engenheiro Civil ou Arquiteto): serviços conforme abaixo:*

ITEM	DESCRIÇÃO / SERVIÇOS EXECUTADOS	UN	QUANTIDADE
1	Contratação de empresa especializada em engenharia para elaboração de projetos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento, A	Horas	42





**CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**

	estimativa é de 85 horas técnicas de trabalho para a execução dos projetos.  Tipos de projetos a serem elaborados:  Projeto arquitetônico Projeto estrutural; Memorial descritivo; Planilha orçamentaria; Cronograma físico-financeiro Orçamento detalhado; Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); ART/RRT. E qualquer outro documento de engenharia		
<b>2</b>	Contratação de empresa de engenharia especializada para a prestação de serviços técnicos de supervisão, assessoria, acompanhamento e fiscalização da obra de fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia.	Horas	06

7.2.1.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

**7.3. Da justificativa da qualificação econômico financeiro**

7.2.1. Será exigido a apresentação de certidão negativa de feito sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

Tal exigência é suficiente, por se tratar do mínimo necessário à garantia da adequada execução do objeto, considerando a natureza da demanda, seu valor estimado, sua baixa complexidade e a ausência de riscos relevantes ou de consequências graves decorrentes da eventual não prestação do serviço ou não fornecimento do bem. Assim, resta dispensada a exigência de demonstrações contábeis ou de índices patrimoniais, por não se justificar, neste caso concreto, a imposição de ônus adicionais às licitantes que extrapolem a finalidade legal de assegurar a idoneidade econômico-financeira mínima do futuro contratado.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

#### **VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação**

8.1. É sabido que o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por itens sempre que o objeto for divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala.

8.1.1. Os serviços de elaboração dos projetos básico e executivos e de supervisão/fiscalização da execução da obra possuem caráter técnico interligado e complementar, sendo recomendável que sejam executados por uma mesma equipe técnica com domínio pleno das soluções projetadas. A contratação global assegura que a empresa contratada se comprometa com toda a cadeia de responsabilidade técnica sobre a reforma, desde a concepção até o acompanhamento da execução, evitando disputas técnicas ou transferência de responsabilidades entre partes distintas.

#### **IX - Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis**

9.1. A contratação de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos visa assegurar maior economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos da Câmara Municipal de Brasilândia.

A elaboração prévia de projetos completos e compatibilizados proporcionará maior precisão nos custos da obra, redução de retrabalhos e de aditivos contratuais, além de melhor planejamento da execução, evitando desperdícios. Quanto aos recursos humanos, a contratação supre a ausência de profissionais técnicos no quadro da Câmara, permitindo que os servidores mantenham suas atividades regulares, enquanto profissionais habilitados desenvolvem os projetos com qualidade técnica.

No aspecto material e financeiro, os projetos possibilitam a correta especificação de materiais, maior durabilidade da estrutura e melhor controle dos gastos, garantindo previsibilidade orçamentária e uso eficiente dos recursos, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a solução contribui para a redução de custos, melhoria da gestão e maior eficiência na futura execução da obra.

#### **X - Providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual**

10.1. Não será necessária a adoção de medidas específicas adicionais previamente à celebração do contrato.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

#### **XI - contratações correlatas e/ou interdependentes**

11.1. Na presente contratação, não existe contratação correlata. Quanto a contratação interdependente, haverá a contratação da empresa para o fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento, assim que a empresa de engenharia entregar os projetos.

#### **XII - Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável**

12.1. A futura contratação não gera impactos ambientais.

#### **XIII - Gerenciamento de risco**

<b>RISCO 1</b>	Atraso no processo administrativo de contratação
<b>ETAPA</b>	( x )Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( x ) baixo ( ) médio ( ) alto ( ) muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) baixo ( ) médio (x) alto ( ) muito alto
<b>Medida (s)</b>	Elaboração dos documentos do processo de contratação seguindo as normas vigentes. Evidenciar no Termo de Referência o prazo para início da prestação do serviço. Observar falhas de outros processos licitatórios com o mesmo objeto e evitá-las.
<b>Responsável</b>	Equipe de Planejamento
<b>RISCO 2</b>	Ausência de recursos orçamentários ou financeiros para a sustentação da solução
<b>ETAPA</b>	( )Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( x ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( x ) baixo ( ) médio ( ) alto ( ) muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) baixo ( x ) médio ( ) alto ( ) muito alto
<b>Medida (s)</b>	Incluir os custos da sustentação da solução no planejamento financeiro institucional
<b>Responsável</b>	Ordenador de despesas
<b>RISCO 3</b>	Contratada não cumprir com as obrigações contratuais de prestação de serviço
<b>ETAPA</b>	( )Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( X ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( x ) baixo ( ) médio ( ) alto ( ) muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) baixo ( ) médio ( X ) alto ( ) muito alto
<b>Medida (s)</b>	Acompanhamento contínuo quanto ao cumprimento das





**CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**

	obrigatoriedades estabelecidas pelo contrato. Aplicar as sanções previstas no processo.
<b>Responsável</b>	Fiscal do contrato

I M P A C T O	P R O B A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO					
	ALTO					
	ALTO		Risco 1			
			Risco 3			
	MÉDIO		Risco 2			
	BAIXO					
	MUITO BAIXO					

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo.

**XIV - Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina**

14.1. Considerando os elementos obtidos, bem como a fundamentação deste estudo, especialmente no que se refere à solução de mercado escolhida, a Equipe de Planejamento considera que a contratação é viável, adequada e para atender às necessidades e interesses deste órgão público, garantindo a eficácia e a eficiência na execução das atividades previstas.

O presente estudo técnico preliminar e gerenciamento de risco foram elaborados pela seguinte equipe de planejamento da contratação:

Brasilândia/MS, de 23 de abril de 2026.

EQUIPE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO:

Natalia dos Santos Souza  
Matrícula: 152-1 - Assessor Legislativo

Rosangela Vieira dos Santos  
Matrícula: 153-2 – Assessor Legislativo





**CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**  
**Estado de Mato Grosso do Sul**

Aprovado por: \_\_\_\_\_

Maria Jovelina Da Silva  
Presidente da Câmara Municipal

---

**ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS**  
**CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: [licitacao@cmbras.ms.gov.br](mailto:licitacao@cmbras.ms.gov.br) /**  
**[compras@cmbras.ms.gov.br](mailto:compras@cmbras.ms.gov.br)**





A autenticidade deste documento pode ser conferida em  
<https://cmbras.processo.digital/autenticidade>, informando o código  
do documento **00040867** e chave de segurança **EA0 D00 1AC**.



Documento assinado digitalmente por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS, Equipe de Planejamento, em 28/04/2026, às 07:59, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



Documento assinado digitalmente por NATALIA DOS SANTOS SOUZA, Equipe de Planejamento, em 28/04/2026, às 07:59, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.



Documento assinado digitalmente por MARIA JOVELINA DA SILVA, Presidente, em 28/04/2026, às 12:41, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul.





# CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA

Estado de Mato Grosso do Sul

**MINUTA**

**CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA-MS**

(Processo Administrativo nº XXXXX)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXXXX, QUE  
FAZEM ENTRE SI A CÂMARA MUNICIPAL DE  
BRASILÂNDIA/MS E A EMPRESA  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA/MS, com sede na Alameda Professor Arthur Hofig, 1175, Jardim Camargo, na cidade de Brasilândia/MS, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 15.410.152/0001-30, neste ato representada pela Presidente XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXXXXXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa Eletrônica nº. xx/20xx, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

## 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação de serviços de engenharia para a elaboração de projetos básicos e executivos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia-MS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviços engenharia para elaboração de projetos básicos e executivos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento. Tipos de projetos a serem elaborados: Projeto arquitetônico; Projeto estrutural; Memorial descritivo; Planilha orçamentaria; Cronograma físico-financeiro Orçamento detalhado; Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); ART/RRT. E qualquer outro documento de engenharia que ser fizer necessário.	HORAS	85		
2	Contratação de empresa de engenharia especializada para	HORAS	12		





## Estado de Mato Grosso do Sul

<p>a prestação de serviços técnicos de supervisão, assessoria, acompanhamento e fiscalização da obra de fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia</p>				
---	--	--	--	--

- ## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS** ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

- #### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- ## 5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- ## 6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

## **Estado de Mato Grosso do Sul**

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))**

- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em (DD/MM/AAAA).
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))**

São obrigações do Contratante:

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.9. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

8.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078, de 1990](#));

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do contratado, de acordo com o objeto; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.17. O contratado deverá executar os serviços em estrita conformidade com o Termo de Referência, especialmente quanto:

a) à elaboração e entrega dos projetos técnicos (básico e executivo), memoriais, planilhas orçamentárias e demais documentos exigidos;

b) ao cumprimento dos prazos estabelecidos para entrega dos projetos e demais produtos;

c) à apresentação de ART/RRT dos responsáveis técnicos;

d) à realização das visitas técnicas e atividades de supervisão, acompanhamento e fiscalização da obra, com a periodicidade estabelecida;

e) à elaboração e entrega de relatórios técnicos de acompanhamento;

f) à observância das normas técnicas aplicáveis, especialmente as normas da ABNT e demais legislações pertinentes.

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

*Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:*

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) Der causa à inexecução total do contrato;

d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

11.1. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

11.1.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.1.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

11.1.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.1.4. Multa:

11.1.4.1. Moratória de 05% a 30% (cinco a trinta por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

11.1.5. *O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*

11.2. Compensatória de 05% a 30% (cinco a trinta por cento) do valor do contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

## **Estado de Mato Grosso do Sul**

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

12.1 *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2 *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.3 *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;





## **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

### **Estado de Mato Grosso do Sul**

12.3.3. Indenizações e multas.

12.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Câmara Municipal de Brasilândia deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

01.01.01.01.01.01.33.90.39.05 FICHA 901 FONTE 1500- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURIDICA – SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#), e extrato do contrato no diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul, Assomasul.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO ([art. 92, §1º](#))**

17.1. Fica eleito o Foro Comarca de Brasilândia para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato.

*Brasilândia/MS, XX de XXXX de 20xxx.*





# **CÂMARA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

---

contratante

---

contratado

**Testemunha:**

---

Testemunha 1

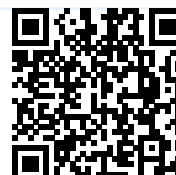
---

Testemunha 2



Processo  
Digital

A autenticidade deste documento pode ser conferida em  
<https://cmbras.processo.digital/autenticidade>, informando o código  
do documento **00041164** e chave de segurança **405 1DC 0F2**.



Processo  
Digital

Documento elaborado por LEANDRO DOS SANTOS PINDAIBA, Assessor Legislativo, em  
04/05/2026, às 10:46, conforme Art. 5º da Resolução nº 13/2023, horário oficial do Estado do  
Mato Grosso do Sul





## **CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

### **FORMULÁRIO DE PROPOSTA**

Proponente:	
CNPJ ou CPF:	
Endereço:	
Telefone:	
E-mail:	
Nome do Responsável:	
CPF do Responsável:	
Cargo do Responsável:	

Item	Especificação	Unid.	Quant.	MARCA	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	Contratação de serviços engenharia para elaboração de projetos básicos e executivos destinados à fornecimento, montagem e instalação de estrutura e cobertura de estacionamento.  Tipos de projetos a serem elaborados:  Projeto arquitetônico; Projeto estrutural; Memorial descritivo; Planilha orçamentaria; Cronograma físico-financeiro Orçamento detalhado; Composição do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas); ART/RRT. E qualquer outro documento de engenharia que ser fizer necessário.	Horas	85			
02	Contratação de empresa de engenharia especializada para a prestação de serviços técnicos de supervisão, assessoria, acompanhamento e fiscalização da obra de fornecimento, montagem e instalação de	Horas	12			

**ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS**

**CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: [licitacao@cmbras.ms.gov.br](mailto:licitacao@cmbras.ms.gov.br) /**

**[compras@cmbras.ms.gov.br](mailto:compras@cmbras.ms.gov.br)**





## **CÂMARA MUNICIPAL DEBRASILÂNDIA**

**Estado de Mato Grosso do Sul**

	estrutura e cobertura de estacionamento da Câmara Municipal de Brasilândia.					
Observações	<b>Favor incluir valor de frete, imposto e qualquer tipo de despesa adicional no valor do produto/serviço.</b>					
Data de Emissão:						
Assinatura do proponente:						

VALIDADE DA PROPOSTA \_\_\_\_\_ DIAS - PRAZO DE ENTREGA \_\_\_\_\_ DIAS

*Obs.: Caso a empresa seja vencedora, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito/ Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e do Fundo de Garantia por tempo de serviço (FGTS), Trabalhista, Estadual e Municipal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais Instituídos por Lei; os produtos/serviços deverão ser entregues na Câmara Municipal de Brasilândia – MS.*

**ALAMEDA PROFESSOR ARTHUR HOFIG, 1175, JARDIM CAMARGO, BRASILÂNDIA-MS**

**CEP 79.670-000 – TEL. 67 3546-1204 - e-mail: [licitacao@cmbras.ms.gov.br](mailto:licitacao@cmbras.ms.gov.br) /**

**[compras@cmbras.ms.gov.br](mailto:compras@cmbras.ms.gov.br)**





A autenticidade deste documento pode ser conferida em  
<https://cmbras.processo.digital/autenticidade>, informando o código  
do documento **00040884** e chave de segurança **9AE 409 2E8**.



Documento autenticado via usuário e senha, por ROSANGELA VIEIRA DOS SANTOS,  
Equipe de Planejamento, em 28/04/2026, às 08:19, conforme Art. 5º da Resolução nº  
13/2023, horário oficial do Estado do Mato Grosso do Sul